



15/02/2007

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS **CUT**

PLR 2006 E CUMPRIMENTO DO ACT VIGENTE EM PAUTA NA PRIMEIRA REUNIÃO DE 2007 COM O GRUPO ELETROBRÁS

Precedida de uma reunião de planejamento do CNE realizada na tarde do último dia 12, ocorreu em 13 de fevereiro, em Brasília, das 9h30 às 18h, a primeira reunião do Coletivo Nacional dos Eletricistas com as empresas do Grupo Eletrobrás em 2007, com o objetivo principal de tratar da PLR 2006 e avaliar o cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2006/2007, o ACT Nacional. Vários assuntos foram discutidos.

1 – PLR 2006

A Eletrobrás apresentou mudanças na metodologia de cálculo de algumas das metas dos indicadores usados para o cálculo da PLR/06; e, contrariando o que foi acordado na negociação do ACT 2006/2007, manteve, por determinação do DEST, o indicador de Taxa de Acidentes de Trabalho.

Os resultados alcançados até o momento, principalmente o da Taxa de Acidentes, não garantem o pagamento de duas folhas para as empresas do grupo Eletrobrás: alcançam um valor de 97,5% (dois indicadores são referentes apenas aos três primeiros trimestres de 2006) e apontam para um fechamento não muito longe de 98%, a ser aplicado às duas folhas.

O CNE repudiou a proposta de metas das empresas, por não ter sido discutida com os sindicatos e sim acertada com o DEST. Isso desqualifica o processo de negociação e inviabiliza todo o trabalho que os sindicatos fariam para a motivar os trabalhadores a cumprirem as metas que deveriam ser pactuadas, o que aumenta o risco do seu

não-cumprimento.

Foi agendada para o dia 21/03/07, às 14h, reunião para nova rodada de discussão da PLR/06 e apresentação da proposta da PLR/07. Ficou acertado que, até essa data, haverá reuniões por empresas para definição das metas específicas. O CNE propôs que a reunião do dia 21 seja realizada em Salvador, BA.

O CNE cobrou também a unificação do critério de divisão do montante entre as parcelas linear e proporcional ao salário, a princípio 50% para cada uma.

2 – PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES NOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO

O governo ainda não se posicionou sobre o assunto. Porém, de acordo com o PAC, foi criada uma Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, com a finalidade de aperfeiçoar a ação do governo no seu papel de acionista, estimular a adoção das modernas práticas de governança corporativa e garantir maior transparência no relacionamento com empresas estatais. Na avaliação do CNE, expressa de forma clara na reunião, transparência e modernização das práticas de governança só são viáveis se de fato houver participação dos trabalhadores nos conselhos de administração e fiscal das empresas do Grupo Eletrobrás.

3 – FÓRUM DAS FUNDAÇÕES

A Eletrobrás promoverá, a partir do segundo trimestre, seminário com o objetivo de discutir temas relativos às fundações das empresas do Grupo.

4 – PENOSIDADE

A Eletrobrás continua adiando a correção do índice de penosidade da CHESF (ainda em 4%) que, conforme garantido pela própria diretora administrativa da Eletrobrás, Aracilba Alves da Rocha, deveria ser igual ao índice alcançado pela ELETROSUL (5%). A Eletrobrás afirmou que o assunto será levado para reunião dos diretores, mas os sindicatos cobram uma resposta até o dia 21/03/07, já que o assunto completou oito meses sem nenhuma solução.

5 - GARANTIA DE ACESSO A TODAS AS INFORMAÇÕES

Os sindicatos cobraram das empresas mais agilidade no repasse de informações. A Eletrobrás e as empresas do Grupo se comprometeram em garantir o fornecimento das informações quando solicitadas pelos sindicatos.

6 – QUESTÕES INSTITUCIONAIS

A Eletrobrás realizará seminário sobre o papel que o Grupo terá nos próximos anos dentro do atual modelo do Setor Elétrico. Deverão ser convidados para o evento, na condição de palestrantes, vários membros do governo federal.

O seminário deverá ter como principais tópicos os seguintes assuntos:

1.º Painel: O PAC e as Empresas do Sistema Eletrobrás

2.º Painel: O Papel Estruturante das Empresas do Sistema Eletrobrás

3.º Painel: Governança Corporativa

4.º Painel: Gestão Corporativa

5.º Painel: Desafios

O CNE apresentará sugestões de temas a serem abordados no evento, tais como “O Papel das Distribuidoras Federais de Energia”, “O Acesso das Empresas Estatais ao Financiamento do BNDES” e “O Controle Acionário das Estatais nos Novos Empreendimentos”.

O Coletivo solicitou a participação do presidente da CUT na mesa de abertura do seminário.

7 – READMISSÃO DE TRABALHADORES DO SETOR ELÉTRICO

A Eletrobrás informou que as empresas do Grupo enviaram à CEI os nomes dos funcionários, de acordo com o art. 1.º da Lei n.º 8.878/94, para o restabelecimento da condição de anistiado, não se admitindo as seguintes situações:

I – exonerações ou dispensas decorrentes de processos administrativos ou judiciais regularmente julgados pela autoridade administrativa ou pelo Poder Judiciário, com trânsito em julgado;

II – dispensas ou exonerações de funções de confiança ou cargos comissionados;

III – dispensas por justa causa;

IV – adesões a programas de desligamento voluntário ou incentivado.

8 – PCCS

A Eletrobrás apresentou uma proposta de tabela única de salários para as empresas do Grupo Eletrobrás, com interníveis de 3%, tendo como nível inicial (V001) um valor pouco acima do menor salário do Grupo, chegando ao maior salário do Grupo (V114). O valor inicial da tabela, que define todos os demais níveis, foi calculado de modo a garantir o menor impacto global na folha salarial de todo o Grupo Eletrobrás, que ficou em cerca de 1,36%.

Quanto à unificação da nomenclatura e do piso salarial de todas as empresas do Grupo Eletrobrás – cláusula 15.ª do ACT 2006/07 –, as empresas consideram, por ora, inviável. Os sindicatos solicitaram informações mais detalhadas sobre o assunto, mas os estudos ainda estão na fase inicial.

9 – CAMPANHA SALARIAL 2007

O CNE marcou para os dias 22 a 24 de março o planejamento da Campanha Salarial 2007, que deverá ocorrer em Salvador, BA. Desta vez, as intersindicais deverão fazer uma pesquisa prévia junto às suas bases, como subsídio ao planejamento nacional.